

Lei diz que área de conflito é dos índios

Memélia Moreira

O ataque dos índios Txukarramãe contra os peões que desmatavam a Fazenda São Luís, na margem direita do rio Xingu, em Mato Grosso, no último dia 8, e do qual resultou a morte de 11 dos trabalhadores, ocorreu dentro da reserva indígena. Embora a área esteja ocupada por cerca de 25 fazendas, pertence ao Parque do Xingu, de acordo com o decreto-lei 68.909, de julho de 1971, assinado pelo presidente Médici. O decreto altera os limites do parque, estabelecendo em seu artigo segundo que as terras ao norte da BR-080, embora desmembradas do parque, são submetidas ao artigo 198 da Constituição, "portanto em regime de reservas, e o presidente da Funai não tem necessidade de negociar com os fazendeiros, basta aplicar a lei".

Esta é a conclusão do Conselho Indigenista Missionário sobre as terras do Parque do Xingu, contestada pelos fazendeiros. Afirmam ainda os missionários que o decreto de 1971 ainda está em vigor e, "neste caso, deve ser praticado".

Tanto o decreto assinado pelo presidente Médici, alterando os limites em função da estrada, como o Estatuto do Índio, estão sendo estudados pela Polícia Federal, encarregada das investigações em Bang-Bang. O delegado Jaime, embora já tenha uma conclusão, negou-se a qualquer declaração, temendo as interpretações. Ontem a Polícia Federal encerrou os trabalhos, mas não há informações sobre se os agentes chegaram a colher o depoimento do balseiro Anibal Fatini, desaparecido de Bang-Bang desde domingo.

Enquanto a Funai e demais autoridades discutem a definição dos limites norte do parque, alguns líderes indígenas, entre eles Megaron, (líder txukarramãe) e Mairaué (líder kajabi) se perguntam por que não foram consultados quando da concessão de certidões negativas, traçado da estrada e alteração de limites.

Na verdade, a Funai nunca consultou as comunidades sobre estes problemas, desconhecendo-lhes o direito de nação. Para o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Luciano Mendes de Almeida, reconhecer estas diferentes etnias como nações "é um dever". Dom Luciano afirma ainda que a partir do momento em que a sociedade nacional chegar a este reconhecimento, concedendo as nações indígenas o direito ao território e sobrevivência, não haverá mais ataque como este do dia oito.

As comunidades continuam não sendo consultadas. O máximo que ocorre é convocar um, dois ou três líderes a Brasília e discutir publicamente as reivindicações dos índios, como aconteceu na última quarta-feira com Raoni, Megaron, Mairaué e Aruiavi. Sob refletores de televisão e flashes, eles sustentaram algumas reivindicações, mas como sempre acontece nestas ocasiões, os índios se mostram coagidos, assustados com a cidade, num ambiente completamente distinto do seu e sem o apoio de todo o grupo, ou seja, os tratados assinados em Brasília têm pouca validade e duração, pois ao chegarem nas suas aldeias, eles já refeitos do impacto, voltam a disputar o que realmente querem.

Qual o resultado destes tratados na cidade grande? O reconhecimento, dois ou três anos depois, de que a política anterior estava errada. Esta conclusão foi comprovada também pelo coronel Nobre da Veiga, depois de seu encontro com os fazendeiros, em Bang-Bang. O primeiro erro apontado pelo presidente da Funai foi o do traçado da estrada. E ele mesmo revelou: "Mas não adianta dizer que está errado, agora vamos trabalhar com o que está aí". Esta foi a mesma conclusão do coronel Cláudio Pagano, diretor do Departamento Geral de Patrimônio Indígena - DGPI, encarregado, entre outras coisas, das terras indígenas. Ele lamentou também a irresponsabilidade daqueles que não desapropriaram as fazendas que hoje se encontram em área indígena.

UNANIMIDADE

Na época da construção da estrada havia unanimidade entre todos os grupos que habitam o norte do parque contra a presença dos tratores, acampamentos e peões desmatando. Tanto os Txukarramãe (os mais atingidos, pois vivem a 100 quilômetros da BR-080) como os Suiá, Kajabi e Juruna (naquela época os krenakarore, ainda não estavam contactados) protestavam contra a estrada, mas nenhum dos líderes destas nações foi consultado. Os mentores da estrada, entre eles o ministro Mário David Andrezza, na época ministro dos Transportes e autor do Sistema Viário da Amazônia, não se preocuparam com os índios.

Todos os protestos do sertanista Cláudio Villa-Boas e as acusações de seu irmão Orlando Villas-Boas colocando o então presidente da Funai, general Oscar Jerônimo Bandeira de Mello, como inimigo número um das nações indígenas brasileiras, foram em vão. A estrada seguiu seu rumo, de Brasília em direção a Manaus, para mais tarde se encontrar com a BR-174 (Manaus-Caracará) e a BV-8, levando a produção brasileira para Caracas e o Pacífico. Os dois sertanistas gritaram, fizeram denúncias no exterior, mas tudo isto no vazio e a BR-080 foi pomposamente inaugurada no dia 15 de junho de 1971, quando 23 aviões, entre eles dois C-47, desceram as margens do Xingu.

ATAQUES

Os sertanistas, conhecedores da nação Kaiapó, previam os ataques, embora durante 30 anos tenham conscientizado os índios de que estes não deviam matar. "Mas Orlando e Cláudio foram

embora, eles diziam que era para gente não matar branco nem atacar os outros índios, mas eles foram embora e a estrada está aí, estão sujando tudo", desabafou Bedjai, um líder txukarramãe e que participou do ataque. Ainda pintado de urucum e jenipapo, que produzem as tintas vermelha e preta, e com uma borduna descansando em seu ombro, Bedjai lamenta que os mortos sejam os peões. Tanto ele como Aruiavi, um líder trumai, têm consciência de que os inimigos não são os peões, porque "eles não ficam aqui, eles vão embora, quem fica são os outros, sempre fazendo fumaça e sujando a floresta".

Este último ataque foi o que mais chocou a sociedade nacional, pelo número de mortes, e o que mais provocou prejuízos para os fazendeiros, devido à paralisação da balsa afundada pelos índios. Um dos fazendeiros que esteve na reunião do presidente da Funai em Bang-Bang suspirava tristemente que "há cinco dias estou com mil cabeças de gado. Agora tenho de fazer um percurso de dois mil e 200 quilômetros para chegar na Cuiabá-Santarém".

A hostilidade demonstrada pelos moradores de Bang-Bang com relação aos índios, depois do ataque, não é recente. Ela vem desde o tempo em que a vila era Piara-Açu, às margens do rio, e visitada frequentemente pelos índios, até ser transferida.

Os moradores se mostram hostis e argumentam que "cristão não pode fazer nada contra índio e índio pode ofender cristão", como disse Francisco Nogueira da Costa, maranhense, cinco filhos vivos (ele perguntou à esposa: "Quantos filhos temos, mulher?"), fotógrafo, barbeiro e dono de uma pequena casa de madeira, sem propriedade em área indígena. Seus filhos são pequenos ainda. Foi ele quem fotografou os corpos dos peões logo depois do ataque e ainda se encontra abalado pelo que viu.

Os argumentos dos moradores são estes e eles não se referem aos índios com adjetivos semelhantes aos usados pelos fazendeiros, como Moacir Prata Pereira, proprietário de 1972 hectares e que aceita uma indenização de suas terras na base de 40 milhões de cruzeiros. "Esteve aí: — gritava, vermelho e indignado — índio é vagabundo, andarilho, escória; não serve para nada. São todos ladrões. Minhas galinhas, têm mais condições do que eles". Moacir e Hamilton Oliveira, proprietário da Fazenda Santa Rita, demonstraram mais ódio. O fazendeiro Hamilton, proprietário de 4.886 hectares e cujas terras poderão ser atingidas pela proposta do governo de criar um cinturão de segurança nos limites do parque, chegou mesmo a dizer: "Se for preciso, vendo toda a terra e tudo o que tenho, para comprar armas e matar os índios".

Estes fazendeiros não se cansaram de sugerir que se emancipasse os índios, ou seja, que a Funai não mais os tutele, para que "eles assumam responsabilidade, porque são menores, são como crianças, e criança a gente tem que corrigir", conforme bradava Luis Carlos, o fazendeiro que sugeriu que o Brasil fizesse como os Estados Unidos, usando o Exército contra os índios.

FESTA

A revolta dos Txukarramãe e dos Kajabis é contra os que ocupam a terra do Xingu, os fazendeiros. Os mais velhos da aldeia, são os mais revoltados. Sem falar português, um velho txukarramãe apontava para uma fumaça a poucos quilômetros da aldeia (há duas fazendas a menos de 40 quilômetros do posto, dentro do parque). Ele apontava para lá com sua flecha e Bedjai traduziu: "Eles estão bem ali. Nós vamos lá porque não queremos ninguém aqui dentro da terra. Não tem quase caça quando eles chegam e começam a queimar tudo".

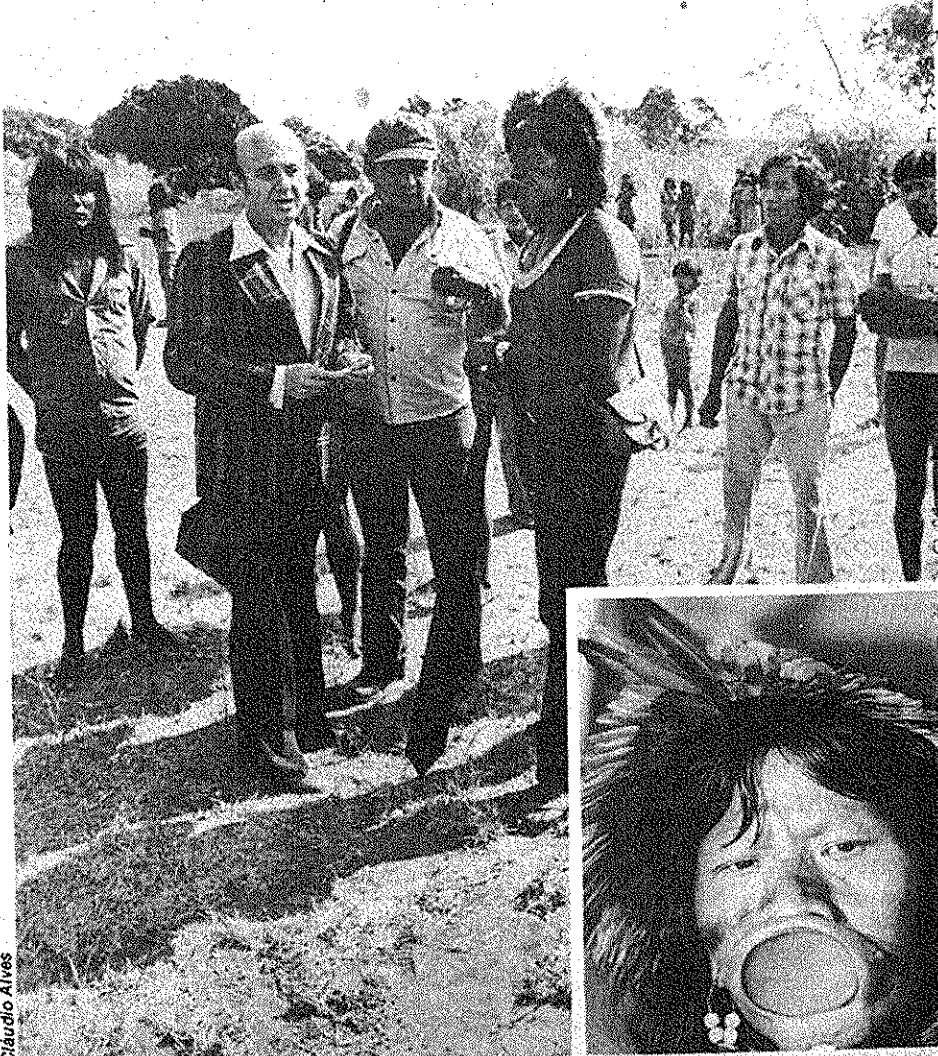
Cantando e dançando, os índios representam o ataque. Das mulheres, poucas entendem português e nenhuma delas se dirige aos estrangeiros. Mostram-se orgulhosas dos homens que foram à guerra e venceram. Os mais jovens compreendem que a morte, entre os brancos, é possível de punição. Os mais velhos apenas venceram o inimigo em uma batalha e comemoram.

A pintura é renovada todos os dias. Eles estão adornados e riem quando se conta para eles que os fazendeiros acreditam que o ataque foi insuflado por "estrangeiros". "Será que eles pensam que a gente não sabe o que é nosso? Nós vamos lá porque estavam derrubando a mata dentro do território e não queremos derrubada perto do rio, não queremos esta estrada, aí, a balsa".

A crença de que o ataque foi insuflado por estrangeiros foi repetida por todos os fazendeiros, principalmente por Luis Carlos, o porta-voz do grupo, formado em Direito e que não se cansa de exibir o anel de advogado, afirmando que conhece todas as leis e está se especializando em problemas fundiários. Ele chegou a citar o bispo de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, como um dos culpados. Longe dali pouco mais de 300 quilômetros, Dom Pedro, que conquistou o ódio de todos os fazendeiros, não pode se defender, mas já afirmou que nenhum missionário estrangeiro ou brasileiro chegou ao Xingu.

REPETIÇÃO

Este ataque, bem como o de 1977, quando morreram dois peões da Fazenda Agropexim; o ataque contra o comerciante Ibiapina, na estrada, em agosto de 1978, e a ocupação da Fazenda Agropexim pode se repetir sempre, alerta o antropólogo Olympio Serra, ex-diretor do Parque do Xingu, e profundo conhecedor das culturas xinguanas desde o tempo dos Villas-Boas.



Os índios, liderados por Raoni, manifestam sua preocupação com o desmatamento

"Irmãos" peões trabalham, não recebem e passam fome

O fazendeiro Luis Carlos da Silva Lima, proprietário da fazenda onde ocorreu o ataque dos txukarramãe, está entre os que mais se lamentam da "morte desses nossos irmãos". Os "irmãos" a que os fazendeiros se referem são os 11 peões contratados por Benedito Holanda Ferreira e que foram mortos pelos índios.

A maioria desses peões vem do Nordeste e suas famílias não vivem em Bang-Bang, onde o custo de vida é mais alto do que em São Félix do Araguaia, custando um maço de Minister Cr\$ 45 e um cobertor conhecido como "pelo de rato" Cr\$ 250.

Esses "irmãos" peões estavam contratados por Cr\$ 2 mil para o desmatamento. A mercadoria que foi remetida para sua subsistência constituía-se de duas sacas de arroz, duas de feijão e três latas de óleo, que deveria ser distribuída entre os 11 homens trabalhando uma média de 12 horas por dia na derrubada. No final do trabalho, eles receberiam com desconto pelo alimento.

Entre os fazendeiros que lamentavam as mortes, incluí-se também Rubens Roberto Silveira Rodrigues, o Rubão, proprietário da Fazenda Três Flechas, onde existe uma milícia de jagunços vigilantes, armados para não deixar os peões fugirem porque não recebem salário.

DESEMPREGADOS

Um dos ex-peões de Rubão chama-se Sabino Borges de Oliveira, mineiro de 33 anos e há nove anos migrando desde o Jequitinhonha, passando por São Paulo. Hoje, sem emprego, vive em Bang-Bang mendigando biscoito e

cachaça. Sabino trabalhou em Três Flechas e diz: "Lá eu não dei sorte não, dona. Qualquer coisa era bater na gente. Tinha uma turma que andava armada atrás da gente. Nunca consegui botar a mão no meu dinheiro e quando acabou a derrubada, que era meu serviço, botaram a gente num caminhão. Desci em Aló Brasil e vim aqui. Faz uma semana que não encontro trabalho. Não consegui arranjar com essa turma que morreu lá nos índios. E, eu podia tá enterrado também, mas não ia ter importância: minha família nem sabe por onde eu vivo. E eu queria voltar para Jequitinhonha com o dinheiro daqui de Mato Grosso e trabalhar na praça com um jeep".

Terto é outro dos peões de Bang-Bang. Sabino, bêbado desde as oito da manhã, às vezes caído próximo ao campo de pouso, não tem condições de sentir raiva dos índios, mas Terto e José Josué Filho já se revoltaram e garantem que da próxima vez vão se defender. "Ninguém vai morrer de joelhos" é a frase mais ouvida em Bang-Bang depois do ataque.

HOSTILIDADE

Os que trabalham como peão e os "gatos" (empreiteiros de peões) querem garantia de vida e já demonstram franca hostilidade aos índios. Esta hostilidade se estende a outros moradores da vila de Bang-Bang, que se sentem ameaçados, pois têm filhos. Temem um ataque contra a vila, temem perder a área onde está instalada Bang-Bang — um arruamento com cerca de 200 casas, farmácia, bares, armazéns, dois restaurantes e duas pensões.

Darcy responsabiliza Bandeira por conflito

Londrina — O professor Darcy Ribeiro, ex-ministro da Educação, lamentou ontem, em Londrina, que os índios Txukarramãe tenham matado 11 caboclos com borduna. Mas considerou mais lamentável, ainda, "que os índios não tenham matado os fazendeiros e o general Bandeira de Mello, ex-presidente da Funai e que concedeu, há seis anos, uma certidão negativa ao governo do Mato Grosso, dizendo que nas terras dos Txukarramãe não havia índio nenhum. Esse general deveria estar na cadeia".

Segundo Darcy Ribeiro, o então presidente da Funai, os fazendeiros e o governo do Mato Grosso "estavam cansados de saber que as terras pertenciam aos Txukarramãe. E há 6 anos, depois que os índios vinham reclamando as terras de volta e pedindo providências à Funai. Mesmo assim os fazendeiros mandaram uma equipe, com mais de 100 homens, para derrubar a mata em que os índios viviam. Então, os índios fizeram a única arma que tinham".

Ele disse que a situação é grave, "mas o mais grave é que há 6 situações iguais à dos Txukarramãe, pois o mesmo Bandeira de Mello — e eu não sei quanto ele ganhou para fazer esta negociata — deu certidões negativas de que não há índios em outros seis locais habitados por índios. E o massacre pode acontecer no Acre, sul do Pará e em toda a zona das cinco tribos dos Caiapós. Se alguém entra na sua casa, toma sua terra e se instala, você tem o direito de matá-lo".

Para Darcy Ribeiro, o ministro do Interior, Mário Andrezza "tem que dizer aos fazendeiros que este país tem lei. E a lei que defende a terra dos índios é a Constituição e está escrito lá que a terra dos índios não pode ser dada, a não ser com autorização do Senado".